



## **PARECER Nº       , DE 2010**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010, do Senador Fernando Collor, que *dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa.*

**RELATOR: Senador ROMEU TUMA**

### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010, que “dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa”, de autoria do Senador Fernando Collor.

A matéria foi distribuída, em 5 de maio de 2010, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Veio a este Relator em 24 de junho de 2010, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

A proposição em tela pretende alterar o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, acrescentando-lhe o § 9º, e a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, à qual adiciona o art. 5º-B.



O art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996, determina que os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP.

O § 9º que a presente proposição deseja acrescentar ao art. 64 excetua da incidência na fonte os pagamentos efetuados pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública na aquisição de bens e serviços, especificados em lei, estritamente necessários às atividades de defesa e segurança pública.

A proposição acrescenta, também, ao Capítulo I da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cobrança não-cumulativa do PIS/PASEP, o art. 5º-B, que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de bens e serviços, especificados em lei, estritamente necessários às atividades de defesa e segurança pública, quando adquiridos pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública.

O art. 3º da proposição em tela define os bens e serviços necessários às atividades de defesa, para efeitos do disposto no § 9º do art. 64 da Lei nº 9.430 e do art. 5º-B da Lei nº 10.637. São eles os produtos e serviços usados para a obtenção, fabricação, construção, manutenção e reparação de produtos de defesa; construção e manutenção da infraestrutura de defesa; logística, pesquisa, desenvolvimento e gerenciamento de projetos de interesse das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública e, finalmente, para a obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos essenciais para o cumprimento dos objetivos estratégicos para a defesa nacional e para as exigências de mobilização do País.

Segundo dispõe o art. 4º da proposição, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que deverá acompanhar o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação da lei em apreço.



Por derradeiro, a proposição estipula que os referidos benefícios fiscais só passarão a produzir efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 4º.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 103, incisos V e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre assuntos afetos às Forças Armadas, como é o caso do projeto sob exame, que define os bens e serviços necessários às atividades de defesa que serão objeto de benefício fiscal.

No mérito, o projeto de lei em exame tenciona reforçar o capital de giro da indústria nacional de defesa, dispensando os órgãos públicos federais de reter na fonte quatro tributos por ocasião do pagamento.

Também alivia a carga tributária sobre a indústria nacional de defesa, ao reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre os bens e serviços adquiridos quase exclusivamente pela União e pelos estados.

Em nosso entender, as iniciativas contempladas pelo projeto contribuirão para fomentar a base industrial de defesa brasileira e para dinamizar segmento industrial caracterizado por alto grau de necessidades tecnológicas, levando à busca de tecnologia de ponta e à criação de empregos que exigirão alta qualificação.

Por conseguinte, o projeto em tela é vantajoso para o País, por contribuir para a preservação de sua soberania e para a promoção de seu desenvolvimento tecnológico.

## **III – VOTO**



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Romeu Tuma**

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator